

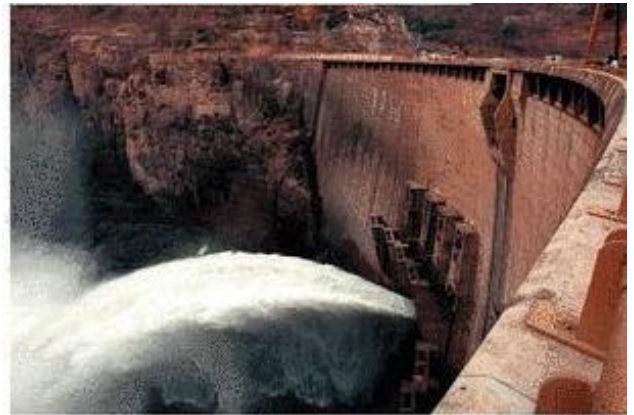
A reversão de Cahora Bassa para Moçambique oferece ao Governo de Maputo a oportunidade de mitigar alguns dos graves problemas sociais e ambientais causados pela barragem de Cahora Bassa. A enorme barragem reduziu os fluxos das águas do rio Zambeze e dos seus sedimentos ricos em nutrientes que fertilizavam as terras e os mangais, essenciais para o ciclo reprodutivo de muitos peixes.

Os ecossistemas a jusante e no delta sofreram uma degradação. A agricultura e a pesca de subsistência foram prejudicadas, bem como as indústrias no delta. Entre elas, a indústria do camarão, uma importante fonte de rendimento do país.

Estudos feitos em Moçambique indicam que mesmo um pequeno aumento nas descargas de Cahora Bassa no início das chuvas pode beneficiar as populações sem prejuízos significativos para a produção eléctrica.

No entanto, planos para a construção de uma nova barragem, Mphenda Nkuwa, a cerca de 70 quilómetros de Cahora Bassa podem travar melhorias nos fluxos do Zambeze. A viabilidade da nova barragem depende da manutenção das regras actuais de Cahora Bassa.

Mphenda Nkuwa terá um custo de cerca de dois mil milhões de dólares e será financiado pelo China Eximbank que promove as exportações da China. A sua viabilidade dependerá da venda de electricidade à Africa do Sul ou a grandes multinacionais, como as de alumínio, que requerem muita energia.



Tal como acontece com Cahora Bassa, as linhas de transmissão passarão por zonas rurais, onde as populações vão continuar na escuridão após o pôr do Sol.

Numa visita recente às comunidades que serão afectadas por Mphenda Nkuwa, apercebi-me de como os traumas da deslocação forçada de cerca de 40 mil pessoas por Cahora Bassa no início dos anos 1970 continuam vivos na sua memória colectiva. "Recordamos aquilo que aconteceu às pessoas forçadas a ir embora por causa de Cahora Bassa, algumas morreram, outras foram para as montanhas onde não há boa terra para cultivar. Eles e os seus filhos continuam a sofrer até hoje. Nunca conseguiram recuperar", diz uma mulher de Luzinga.

A ONG moçambicana Justiça Ambiental apela ao Governo de Maputo para aderir aos padrões de boas práticas estabelecidos internacionalmente, antes de avançar com a construção de grandes barragens.

Tal pressupõe a participação das populações nas decisões que afectam as suas vidas e a discussão sobre todas as necessidades e opções de energia em Moçambique. Só assim se determinará a melhor maneira de produzir a energia de que o desenvolvimento e o bem-estar dependem num país onde menos de 5 por cento da população tem acesso à energia eléctrica.

Na última década, Moçambique tornou-se num país a duas velocidades. O forte crescimento económico está largamente baseado em alguns megaprojectos que geram pouco emprego e enriquecem alguns, enquanto a maioria da população luta diariamente pela sobrevivência.

A reversão de Cahora Bassa para Moçambique abre novas oportunidades. Como dizia um velho pescador das margens do Zambeze preocupado com o futuro da sua comunidade: "Precisamos de um plano. E precisamos de ser respeitados."